

## EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: ANÁLISE DAS EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFRN/CERES/CAICÓ

### EDUCATION IN HUMAN RIGHTS: ANALYSIS OF THE SYLLABUS OF THE CURRICULAR COMPONENTS OF THE PEDAGOGY COURSE AT UFRN/CERES/CAICÓ

### EDUCACIÓN EN DERECHOS HUMANOS: ANÁLISIS DEL PROGRAMA DE LOS COMPONENTES CURRICULARES DEL CURSO DE PEDAGOGÍA EN LA UFRN/CERES/CAICÓ

 Dayane Lopes de Medeiros<sup>1</sup>

 Maria Aparecida Vieira de Melo<sup>2</sup>

1. Pedagoga pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/2024), Integrante ao Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GEPEPF). E-mail: [daymayaralopes@gmail.com](mailto:daymayaralopes@gmail.com)
2. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB/2020). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GEPEPF). E-mail: [m\\_aparecida\\_v\\_melo@hotmail.com](mailto:m_aparecida_v_melo@hotmail.com)

**RESUMO:** Em via de efetivação dos Direitos Humanos Fundamentais no contexto escolar, a pesquisa se dispõe analisar o ensino do curso de pedagogia da UFRN/CERES/Caicó, RN. Sendo a problemática investigativa em base do questionamento: Como a educação em Direitos Humanos está posta no PPC do curso de pedagogia da UFRN/CERES/Caicó? Propondo como objetivo geral: analisar as ementas dos componentes curriculares do curso de pedagogia da UFRN/CERES/Caicó que estão voltadas para os Direitos Humanos. O objetivo geral acompanha os seguintes objetivos específicos: mapear os componentes do curso de pedagogia da UFRN/CERES/Caicó que abordam direta e indiretamente a educação em direitos humanos; identificar no PPC do curso de pedagogia da UFRN/CERES/Caicó se tem componentes sobre a educação em Direitos Humanos; explicitar como se dá a formação dos professores do curso de pedagogia do CERES na perspectiva da educação em Direitos Humanos. A pesquisa tem a finalidade de construir uma teoria significativa acerca de possibilidades diferentes de educação transformadora das desigualdades sociais. Imagina-se a facilitação de uma educação para a criatividade de todos partindo das escolas.

**Palavras-chave:** Curso de pedagogia; Direitos humanos Fundamentais; Formação de Professores.

Recebido em: 19/02/2025

Aprovado em: 20/05/2025

**ABSTRACT:** In the process of putting Fundamental Human Rights into practice in the school context, the research aims to analyze the teaching of the pedagogy course at UFRN/CERES/Caicó, RN. The investigative problem is based on the question: How is education in Human Rights placed in the PPC of the pedagogy course at UFRN/CERES/Caicó? Proposing as a general objective: to analyze the syllabuses of the curricular components of the pedagogy course at UFRN/CERES/Caicó that are focused on Human Rights. The general objective follows the following specific objectives: to map the components of the pedagogy course at UFRN/CERES/Caicó that directly and indirectly address human rights education; identify in the PPC of the pedagogy course at UFRN/CERES/Caicó if there are components on Human Rights education; explain how the training of teachers of the CERES pedagogy course takes place from the perspective of education in Human Rights. The research aims to build a significant theory about different possibilities of education that transforms social inequalities. It is imagined the facilitation of an education for the creativity of all starting from schools.

**Keywords:** Pedagogy course; Fundamental Human Rights; Teacher Training.

**RESUMEN:** En el proceso de puesta en práctica de los Derechos Humanos Fundamentales en el contexto escolar, la investigación tiene como objetivo analizar la enseñanza de la carrera de pedagogía en la UFRN/CERES/Caicó, RN. El problema investigativo se basa en la pregunta: ¿Cómo se ubica la educación en Derechos Humanos en el PPC del curso de pedagogía en la UFRN/CERES/Caicó? Proponiendo como objetivo general: analizar los programas de los componentes curriculares del curso de pedagogía en la UFRN/CERES/Caicó que están enfocados en los Derechos Humanos. El objetivo general obedece a los siguientes objetivos específicos: mapear los componentes del curso de pedagogía en la UFRN/CERES/Caicó que abordan directa e indirectamente la educación en derechos humanos; identificar en el PPC del curso de pedagogía en la UFRN/CERES/Caicó si existen componentes sobre educación en Derechos Humanos; explicar cómo se da la formación de los docentes del curso de pedagogía CERES desde la perspectiva de la educación en Derechos Humanos. La investigación tiene como objetivo construir una teoría significativa sobre diferentes posibilidades de educación que transforme las desigualdades sociales. Se imagina la facilitación de una educación para la creatividad de todos a partir de las escuelas.

**Palabras clave:** Curso de pedagogía; Derechos Humanos Fundamentales; Formación del profesorado.



Todo o conteúdo deste periódico está licenciado com uma licença Creative Commons (CC BY-NC-ND 4.0 Internacional), exceto onde está indicado o contrário.

## Introdução

Pensando acerca dos Direitos Humanos e sua efetivação no campo escolar, ou seja, na educação brasileira, compreende-se a necessidade de estudos e pesquisas que analisem e legitimem a existência ou não de ações voltadas para um ensino que respeite a vida dos alunos e de seus envolvidos, transformando-os em agentes ativos, conhecedores dos deveres e direitos pertencentes ou favoráveis a si e ao outro (o limite do direito de um terminando onde começa o direito do outro).

Logo, por tratar-se de uma atuação direta das autoras no curso de Pedagogia da UFRN/CERES/Caicó, busca-se pesquisar a existência dos Direitos Humanos no ensino do curso preparatório de futuros professores que atuarão diretamente na base das escolas do estado e em outros campos profissionais abrangidos pela Pedagogia e sua complexidade. Para esta pesquisa, serão analisadas as ementas dos componentes curriculares que abordam a educação em Direitos Humanos no curso de Pedagogia da UFRN/CERES/Caicó. As ementas serão o objeto do estudo aqui proposto.

Como problema de investigação, traz-se a seguinte pergunta: Como a educação em Direitos Humanos está posta no PPC do curso de Pedagogia da UFRN/CERES/Caicó? E, para responder a esse questionamento, propõe-se o seguinte objetivo geral: analisar as ementas dos componentes curriculares do curso de Pedagogia da UFRN/CERES/Caicó que estão voltadas para os Direitos Humanos. O objetivo geral acompanha os seguintes objetivos específicos:

- Mapear os componentes do curso de Pedagogia da UFRN/CERES/Caicó que abordam direta e indiretamente a educação em Direitos Humanos;
- Identificar, no PPC do curso de Pedagogia da UFRN/CERES/Caicó, se existem componentes sobre a educação em Direitos Humanos;
- Explicitar como se dá a formação dos professores do curso de Pedagogia do CERES na perspectiva da educação em Direitos Humanos.

Como fundamentação teórica, será abordada a formação de professores com respaldo nas diretrizes nacionais da educação em Direitos Humanos na formação do professor – LDB 9394/96; a Constituição Federal de 1988 para tratar dos princípios da educação juntamente com a LDB; e a DCNEDH 2012 (com destaque em artigos que se referem à formação do professor para a promoção da educação em Direitos Humanos na sala de aula). Será trabalhada, em pesquisa analítica, a prática pedagógica dos educadores promotores da educação em Direitos Humanos, com base em Brasil (2018, 2016 e 2013), Candau (2013), Freire (2019 e 1997), Melo (2009), Monteiro (2013), Melo (2017) e Santos (2009).

É importante destacar a educação em Direitos Humanos como indicadora de valores que agregam princípios éticos em suas diferentes constantes, guiando-os rumo à busca pela dignidade da pessoa humana. Essa busca por dignidade remete a uma prática de valorização do indivíduo como pessoa dotada de direitos e deveres em sociedade, primando pela prática dos valores humanos que fundamentam os Direitos Humanos. Logo, buscar essa prática valorativa na ação pedagógica do curso de Pedagogia da UFRN/CERES/Caicó faz parte de uma preocupação com a formação de professores que atuarão diretamente nas escolas básicas do estado em questão e serão responsáveis pela formação humana dos estudantes em seu entorno e sob sua responsabilidade.

Justifica-se pela urgência em debater a temática, visando à construção de novos modelos de ensino voltados para a realidade e necessidades da população, principalmente a população mais pobre e desvalorizada perante o sistema capitalista. O estudo das ementas do curso de Pedagogia da

UFRN/CERES/Caicó, em busca de articulação com os Direitos Humanos fundamentais dos sujeitos, parte da inquietação que questiona a conservação de uma educação escolar mantenedora de costumes e crenças enraizadas em práticas escravistas e desvalorativas de um viver digno, justo e, por que não, feliz?

Metodologicamente, a pesquisa aqui proposta respalda-se em uma abordagem qualitativa com análise documental (procedimento metodológico), sob a ótica da análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2010). A análise de conteúdo é uma técnica que se apoia em referenciais teóricos, hipóteses e/ou objetivos, contribuindo para a descrição e interpretação do material pesquisado, por meio de uma sistematização e categorização rigorosa dos dados, levando à obtenção de resultados válidos e confiáveis na pesquisa qualitativa.

Logo, separando fragmentos das ementas que abordem os Direitos Humanos em seus componentes, o intuito é responder ao questionamento proposto neste artigo e alcançar os objetivos (geral e específicos), a fim de contribuir com o descortinar de descobertas que apontem para uma outra educação, voltada à melhoria das desigualdades sociais e à revolução do viver fora da "prisão de ser menos". Por fim, busca-se atingir a compreensão do processo formativo do educador norte-rio-grandense e suas particularidades na jornada por mudanças sistemáticas e significativas, rumo a um desenvolvimento criativo e renovador da vida a partir das escolas.

### Trilha Metodológica

A pesquisa de cunho qualitativo, voltada para a construção de novas abordagens e revisão de conceitos e categorias, refere-se a um fenômeno de estudo em sociedade. A pesquisa, em sua diversidade de dados e reflexões analíticas, de acordo com Minayo (2010), abarca aspectos qualitativos por meio de investigação e revisão bibliográfica. Minayo (2010, p. 57) define o método qualitativo como aquele “[...] que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam [...]”.

As abordagens qualitativas confirmam as investigações de grupos em melhor qualidade e seguem limites e focos de histórias sociais na visão de seus atores, ou seja, as relações e suas análises de discursos e documentos. Essas abordagens têm como foco a revisão da pesquisa qualitativa e a exposição de suas significâncias em um cenário de pesquisa científica e suas respectivas características.

A fundamentação teórica é discutida com base nos dados investigados, utilizando-se a técnica de Análise de Conteúdo sob a sistematização de Bardin (2011). A técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) é aplicada na pesquisa científica desenvolvida neste artigo, sendo compreendida como um conjunto de técnicas de “análise das comunicações, que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem as inferências de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens” (Bardin, 2004, p. 41).

Ou seja, a técnica citada é entendida como um conjunto de instrumentos metodológicos, continuamente aperfeiçoados, com o objetivo de analisar os diferentes subsídios de conteúdo, sejam eles verbais ou não, por meio da ação sistematizadora de métodos empregados na análise de dados. A técnica de pesquisa de Análise de Conteúdo, defendida por Bardin (2011), estrutura-se em três fases:

1. Pré-análise;
2. Exploração do material, categorização ou codificação;

### 3. Tratamento dos resultados, inferências e interpretação.

Os achados da pesquisa são validados por meio de resultados advindos de uma coerência interna e sistemática entre essas fases, que definem o rigor da investigação e inibem ambiguidades, constituindo o princípio da fundamentação.

Por meio da análise de conteúdo, com base em Bardin (2011), pretende-se conferir resultados que analisem a questão aqui apresentada e estabelecer o direcionamento dos estudos, suas reflexões fundamentadas na ciência, na pesquisa, na continuidade da análise e no surgimento de novas questões. Busca-se perceber a contribuição do PPC do curso de Pedagogia da UFRN/CERES/Caicó, RN, para a definição de uma educação que almeje o reconhecimento dos direitos dos sujeitos e sua efetivação.

## Componentes do Curriculares do Curso de Pedagogia

A tabela a seguir apresenta as ementas dos componentes curriculares do curso de Pedagogia que possuem relação direta ou indireta com os **Direitos Humanos**. Esses componentes abrangem temas como inclusão, diversidade, cidadania, sustentabilidade e políticas públicas, destacando a formação de pedagogos comprometidos com a promoção de uma educação transformadora e equitativa.

**Tabela – Ementas dos Componentes do Curso de Pedagogia que tem base nos Direitos Humanos**

Componente Curricular	Descrição da Ementa
<b>Pedagogia e Educação</b>	Fundamentos históricos e epistemológicos da Pedagogia e suas relações com outras ciências. A educação como objeto da Pedagogia: contextos e concepções. O curso de Pedagogia: história, identidade, exigências legais, e campo de atuação do pedagogo. A prática pedagógica: construindo competências e habilidades políticas e epistemológicas.
<b>Educação em Direitos Humanos</b>	Debate sobre os princípios da educação em direitos humanos e formação para a cidadania. História e processo da constituição da cidadania na América Latina. História dos direitos humanos e suas implicações para o campo educacional. Fundamentos e marcos jurídicos da educação em direitos humanos. Políticas Públicas e desigualdades sociais.
<b>Educação Especial e Inclusiva</b>	Estudos para uma reflexão crítica sobre a educação especial e a educação inclusiva. Análise dos aspectos históricos, filosóficos, sociais, econômicos, culturais e legais, que orientam e normatizam as políticas de atendimento aos alunos que integram o público-alvo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Investigação relacionada a práticas pedagógicas, recursos didáticos e de tecnologia assistiva pertinentes aos contextos educacionais inclusivos. Exame sobre a organização e oferta do atendimento educacional especializado na perspectiva educacional inclusiva. Inserção do componente curricular na Leitura Interdisciplinar Acadêmica e Literária Semestral e na pesquisa Interdisciplinar Prática a ser desenvolvida em ambientes escolares e não escolares.
<b>Educação Étnico Racial</b>	Introdução à História da África e dos Africanos e sua diáspora. Raça como conceito político. Identidade, diversidade, diferença; Análise da História Indígena no Brasil. Colonialismo e (de)Colonialidade: Interpretação das Políticas afirmativas para populações étnicas e políticas afirmativas específicas em educação. Educação antirracista e perspectiva didático-pedagógica: contexto escolar e prática docente. Estética e cabelo negro. Abordagem das etnociências na sala de aula. Religiosidades afro-indígenas-brasileiras. Diversidade sexual de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional no contexto mundial e brasileiro. Inserção do componente curricular na Leitura Interdisciplinar Acadêmica e Literária semestral e na Pesquisa Interdisciplinar Prática a ser realizada em ambientes escolares e não escolares.
<b>Língua de Sinais Brasileira - LIBRAS</b>	Introdução às práticas de comunicação em Libras em nível básico. História da educação das línguas de sinais, produções culturais surdas. Organização linguística da Libras para usos informais e cotidianos: vocabulário; escrita de sinais; morfologia, sintaxe, semântica e pragmática; a expressão corporal como elemento linguístico. A surdez no contexto escolar.

continua...

Componente Curricular	Descrição da Ementa
<b>Processo de Alfabetização I</b>	A linguagem como atividade humana. Concepções de linguagem. A construção da escrita pela humanidade. Evolução das ideias sobre alfabetização e letramento: condicionantes sociais, políticos e educacionais. Relações entre fala, leitura e escrita. Abordagens teórico metodológicas do ensino e da aprendizagem da leitura e escrita e as implicações na prática pedagógica. Desenvolvimento da consciência fonológica, morfosintática, semântica, pragmática e textual na alfabetização de crianças. Dimensões dos processos de alfabetização e de letramento e a prática pedagógica. Inserção do componente curricular na Leitura Interdisciplinar (Acadêmica e Literária) na Pesquisa Interdisciplinar Prática do Semestre em ambientes escolares e não escolares.
<b>Estágio na Educação Infantil</b>	Análise da realidade do Ensino Infantil a partir da realização das atividades de intervenção tomando como referência os fundamentos teóricos da educação e os pressupostos referentes ao ensino-aprendizagem. Atuação docente desenvolvendo conteúdos que contribuem para a elevação do nível de conhecimento dos alunos. O processo de adaptação da criança no início da escolarização. Otimização pedagógica no atendimento educacional a criança de zero a seis anos e na relação criança/adulto/escola/família.
<b>Educação Ambiental: reflexões e Práticas Contemporâneas</b>	Contribuição para uma consciência crítica e criativa sobre as questões ambientais, entendendo-se como crítica a compreensão da origem e da evolução dos problemas ambientais, considerando-se para tanto, os aspectos biológicos, físicos e químicos, bem como os aspectos socioeconômicos, políticos e culturais, garantindo a qualidade de vida através da utilização racional dos recursos naturais em benefício das gerações atuais e futuras.
<b>Educação de Jovens e Adultos</b>	Análise da educação de adultos em suas diferentes formas: educação popular, educação supletiva, educação permanente, educação na 3ª idade. Críticas e perspectivas atuais, estudando o adulto em seus vários aspectos: biopsicológico, político-social e cultural.
<b>Movimentos Sociais e Educação Popular</b>	Debate sobre as dinâmicas pedagógicas e demais contribuições científicas entre os movimentos sociais e a educação popular; compreensão das atuais concepções teóricas e práticas de movimentos sociais e educação popular; reflexão sobre as repercussões na área da educação das ações coletivas e movimentos sociais desencadeados a partir da sociedade civil organizada.
<b>Políticas Públicas e Legislação Educacional</b>	Políticas públicas para a educação. Caracterização, abrangência e função dos diferentes instrumentos legais na educação brasileira. O papel político das entidades de classe. O financiamento da educação brasileira na atualidade. Os desdobramentos históricos da lei 9394/96 na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, Médio e Superior e nas modalidades de ensino. O Plano Nacional de Educação 2014/2024. A nova BNCC e seus desdobramentos. Aspectos históricos e atuais da formação de professores na legislação brasileira. A questão do meio ambiente na educação brasileira. Direitos de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas e a legislação educacional. Diversidade de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional nas Políticas Públicas.
<b>Educação do Campo</b>	Concepções e práticas da educação do campo. O direito dos povos camponeses à educação. Educação popular e com conhecimento por elas produzido. A educação do Campo no campo. A educação do campo enquanto produção de cultura. A educação do campo na formação dos sujeitos. A educação do campo como formação humana para o desenvolvimento sustentável. A educação do campo e o respeito às características do campo.
<b>Arte e Educação</b>	A origem da arte e sua contextualização nos processos educativos do mundo contemporâneo. Abordagem das principais correntes filosóficas que influenciam o ensino de Arte e Educação no Brasil. As linguagens da arte e sua dinâmica educativa.

Fonte: Autoria própria, 2023.

A análise das ementas do curso de Pedagogia revela um forte alinhamento com os princípios dos **Direitos Humanos**, evidenciado pela presença de categorias como inclusão, cidadania, diversidade, justiça social, sustentabilidade e igualdade. Esses elementos estão distribuídos em diversos componentes curriculares que abordam temas fundamentais para a formação de pedagogos comprometidos com a transformação social e o respeito às diferenças.

1. **Direitos Humanos e Cidadania:** Componentes como *Educação em Direitos Humanos* e *Educação Étnico-Racial* discutem diretamente as bases históricas e jurídicas dos direitos humanos, promovendo reflexões sobre cidadania, diversidade cultural e combate às desigualdades.
2. **Inclusão e Diversidade:** A inclusão de disciplinas como *Educação Especial e Inclusiva*, *Educação Étnico-Racial* e *Língua de Sinais Brasileira – LIBRAS* reforça a importância da formação de educadores capazes de atuar em contextos inclusivos, respeitando as diferenças e promovendo a equidade.
3. **Sustentabilidade e Educação Ambiental:** O componente *Educação Ambiental: Reflexões e Práticas Contemporâneas* destaca a necessidade de formar educadores conscientes das questões ambientais, relacionando-as ao bem-estar das gerações futuras.
4. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas:** Disciplinas como *Movimentos Sociais e Educação Popular* e *Políticas Públicas e Legislação Educacional* abordam o papel da educação na transformação social, explorando as dinâmicas entre a sociedade civil e as políticas educacionais.
5. **Educação do Campo e Educação Popular:** A valorização das práticas e culturas locais, como apresentado em *Educação do Campo*, evidencia o compromisso com a diversidade e com o direito à educação em diferentes contextos.

Essas categorias evidenciam que o curso de Pedagogia não apenas transmite conhecimentos, mas também forma educadores com uma visão crítica e ética, capazes de atuar como agentes de transformação social e promoção dos direitos humanos em suas práticas pedagógicas. Essa educação em direitos humanos favorece a criticidade e ação política essenciais para a formação humana dignificadora. Uma busca por melhorias, qualidade de vida, conquistas individuais e coletivas, integração de toda singularidade humana.

### **Analisando as ementas do curso de pedagogia da UFRN/CERES**

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é um documento de suma importância, pois regulamenta as atividades que farão parte do processo formativo de futuros profissionais. Quando se trata da formação de professores, é necessário que o PPC esteja alinhado à realidade vivida por esses profissionais, ajudando-os a contribuir para a profissionalização docente e promovendo um ensino fundamentado nos Direitos Fundamentais que envolvem alunos, professores e todos os demais envolvidos no processo educativo.

No que diz respeito aos alunos, o corpo discente, durante a fase escolar, começa a aprender sobre seus direitos e deveres, além de desenvolver sua criticidade. Por isso, é essencial focar no processo formativo dos professores em formação, para que esses futuros educadores compreendam esse processo, desenvolvam-se nesse aspecto e, assim, consigam oferecer uma educação de qualidade que realmente faça a diferença na vida dos alunos e da sociedade em que estão inseridos.

Como dizia Freire (1997, p. 46): “é preciso, finalmente, que os educandos, experimentando-se cada vez mais criticamente na tarefa de ler e de escrever, percebam as tramas sociais em que se constitui e se reconstitui a linguagem, a comunicação e a produção do conhecimento.” Desenvolver o pensamento crítico e reflexivo no aluno é o primeiro passo para uma educação que concretize os Direitos Humanos fundamentais para todos desde o início da vida. Isso proporciona um avanço social em direção à transformação, ao respeito às diferenças e à dignidade que todos desejam, merecem e têm como direito, conforme prescrito em lei.

As diretrizes metodológicas e pedagógicas que o curso deve adotar estão descritas no PPP (PPC) da instituição. No PPC do curso de Pedagogia, estão detalhados elementos como a modalidade do curso (presencial ou a distância), a carga horária, a matriz curricular e outros aspectos que fundamentam os Planos de Ensino dos componentes curriculares. No curso de Pedagogia da UFRN/CERES/Caicó, RN, existem 43 componentes curriculares, sendo que 13 deles possuem bases disseminadoras dos Direitos Humanos.

O objetivo deste trabalho é, por meio da análise das ementas, identificar regularidades ou dispersões que indiquem a concretização da disseminação dos Direitos Humanos no ensino formador de novos professores. Primeiramente, analisamos o PPP do curso e seu respectivo PPC, explorando o material em busca dos componentes que têm maior familiaridade com ações voltadas para os Direitos Humanos. Sabe-se que todos os componentes, de alguma forma, se relacionam com os direitos das pessoas a uma vida digna, justa e feliz, pois ensinar está diretamente ligado à construção de um projeto de vida. Aprender para reaprender, para criar e recriar conceitos, ideias, projetos e uma sociedade que valorize a vida em sua totalidade.

Contudo, especificamente, alguns componentes destacam-se por abordar aspectos relacionados à criticidade e ao reconhecimento e valorização dos direitos humanos, promovendo um viver digno e esperançoso. Esses componentes direcionam-se para a construção de uma sociedade baseada no amor, na paz, na justiça e nas oportunidades iguais para todos, ou seja, um viver comunitário e solidário.

Nesse contexto, realizamos uma análise cuidadosa e fiel categorização ou codificação de uma tabela com os componentes selecionados como aqueles voltados para o desenvolvimento efetivo de um ensino para a cidadania. Na tabela, incluímos um total de 13 componentes curriculares. Nesses componentes, fizemos uma separação dos termos que se identificam e se equiparam aos termos relacionados à concretização ou efetivação de estudos com bases nos direitos dos estudantes e na criticidade necessária para a observação do mundo, a partir de uma ação ativa para mudanças.

Por exemplo, no componente **Pedagogia e Educação**, os termos “contextos e concepções”, “história, identidade, exigências legais” e a prática pedagógica como construtora de “competências e habilidades políticas e epistemológicas” remetem a um fazer pedagógico voltado para o desenvolvimento de uma visão crítica por parte do aluno, seja ele futuro docente ou não, mas com competência para exercer a docência. Esse desenvolvimento de uma visão crítica refere-se à compreensão do contexto em que vive, seus respectivos direitos e deveres e a efetivação real e atual desses direitos.

No componente curricular **Educação em Direitos Humanos**, os termos “princípios da educação em direitos humanos e formação para a cidadania” e “políticas públicas e desigualdades sociais” deixam claro o viés humanista, com foco na concepção dos direitos fundamentais ao viver humano em sociedade. Já no componente **Educação Especial e Inclusiva**, os termos “reflexão crítica sobre a educação especial e a educação inclusiva” e “aspectos históricos, filosóficos, sociais, econômicos, culturais e legais” garantem uma ação direcionada ao respeito ao próximo. Isso repercute na formação do aluno de graduação em Pedagogia, capacitando-o para lidar com as múltiplas necessidades de seus alunos e promovendo a emancipação democrática por meio da luta pelos direitos que todos devem ter ao longo de sua existência e de sua natureza humana essencial.

Fazendo alusão à Constituição Federal (Brasil, 2016, p. 5), observamos:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...];  
III - a dignidade da pessoa humana; [...].



O respeito ao diferente e a inclusão destes no meio em que se vive coletivamente estão contemplados no artigo 1º da Constituição Federal de 1988 (CF/88), que define o Estado Democrático de Direito como diretamente envolto na dignidade da pessoa humana. Afinal, que dignidade poderia existir sem a possibilidade de viver diariamente com oportunidades equitativas entre os pares? Essa é uma reflexão interessante quando se pensa na formação para a ensinagem e sua influência direta nos pensamentos das pessoas envolvidas em todo o processo.

Pois quem faz parte desse processo na condição de aluno com algum tipo de deficiência, transtorno ou outros desafios que os afastam das “regras” de perfeição (modelo imposto pelo atual sistema capitalista, dominador, racista e excludente) buscam, cotidianamente, o aceite e a valorização para alcançarem conquistas que favorecem sua felicidade e tranquilidade.

No componente **Educação Étnico-Racial**, o uso dos termos “raça como conceito político”, “identidade, diversidade, diferença” e “diversidade sexual, de gênero, religiosa e de faixa geracional no contexto mundial e brasileiro” oferece vários pontos de concretização para a efetivação de um estudo voltado aos Direitos Humanos. Termos como “raça”, “identidade” e “diversidade” convergem para um fazer ativo que promove o amor — ou a busca por esse amor — ao colega, ao diferente, ao próximo e às suas necessidades, conquistas e sucessos.

Afinal, compreender esse contexto na constituição da cidadania para todos abre portas e caminhos para um novo olhar social, distinto do olhar racista, homofóbico e intolerante.

Os Direitos Humanos são assim considerados:

[...] são os direitos e liberdades básicas de todos os seres humanos, independentemente de raça, gênero, idade, deficiência, condições de mobilidade, orientação sexual, identidade de gênero, nacionalidade, religião, territorialidade, cultura ou qualquer outra condição. Os direitos humanos abrangem os direitos civis, os direitos políticos, os direitos econômicos, sociais e culturais, além dos direitos de solidariedade (Brasil, 2018, p. 2).

Os Direitos Humanos são intransferíveis, inalienáveis, fundamentais, individuais, indivisíveis e acompanhados de tantos outros adjetivos que os definem e caracterizam, ressaltando sua importância crucial para os sujeitos. Para o processo de conscientização política que transcende a ação politizadora e promove as mudanças necessárias na vida dos mais necessitados e de todos, de modo geral.

Dando continuidade à análise das ementas, o componente curricular **Língua de Sinais Brasileira – LIBRAS** traz o termo “produções culturais surdas”, que se conecta diretamente com os pontos de inclusão já destacados. O componente curricular **Processo de Alfabetização I** se relaciona aos anteriores por meio do termo “relações entre fala, leitura e escrita”, que abrange as relações humanas, de onde partem todas as ações iniciais de cunho social. Ou seja, é através da linguagem que os indivíduos se comunicam, se compreendem, discordam, concordam, constroem e reconstróem suas vidas, edificam a educação e, a partir dela, organizam o mundo.

Ainda no componente **Processo de Alfabetização I**, destaca-se o termo “condicionantes sociais, políticos e educacionais”, que define uma base para o processo de constituição da criticidade e suas atribuições na vida das pessoas. Perceber-se como sujeito, e não como objeto, pode parecer algo óbvio, mas é libertador e imprescindível. Afinal, os seres humanos são imitadores e facilmente influenciáveis pelo ambiente e pelos traumas que, muitas vezes, são mal interpretados e não curados, interferindo diretamente na aprendizagem.

O componente **Estágio na Educação Infantil**, com a frase “o processo de adaptação da criança no início da escolarização”, apresenta um fator diferente e inquietante para a pedagogia. Como mencionado

anteriormente, a adaptação faz parte do aprendizado sobre o lugar no mundo, o pertencimento, a construção da identidade e a afeição com os coletivos. No entanto, será que a escola realmente aproxima o aluno de suas bases culturais ou o afasta delas por meio de um ensino que, muitas vezes, ainda é bancário e totalmente eurocentrado?

Esse ponto destacado está alinhado com uma educação em, com e para os Direitos Humanos, justamente por demonstrar preocupação e ação na tentativa de viabilizar uma escolarização que caminhe de “mãos dadas” com a perspectiva dialógica. Reconhecendo os contextos inadequados em que muitos alunos vivem (suas condições degradantes e falta de oportunidades), é essencial formar professores em contextos significativos. Como destaca Candau *et al.*:

[...] torna-se imprescindível na formação de professores(as) desenvolver processos que permitam articular diferentes dimensões - cognitiva, afetiva, e sociopolítica – fundamentais para a Educação em Direitos Humanos, assim como usar estratégias pedagógicas ativas, participativas e de construção coletiva que favoreçam educar-nos em Direitos Humanos (Candau *et al.*, 2013, p. 77).

O professor que se conecta com seus alunos e compreende a realidade de onde eles advêm consegue ajudar e se ajudar em uma troca mútua. Como já dizia Paulo Freire (1997) em “Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar”, o educador aprende enquanto ensina, e essa troca contribui para uma educação transformadora.

No componente curricular **Educação Ambiental: Reflexões e Práticas Contemporâneas**, a frase “Contribuição para uma consciência crítica e criativa sobre as questões ambientais” faz menção direta ao cuidado com o meio ambiente, favorecendo uma vida que respeite os direitos a partir do cumprimento dos deveres e da percepção do entorno e da responsabilidade no local de moradia.

Já nos componentes **Educação de Jovens e Adultos** e **Movimentos Sociais e Educação Popular**, destacam-se, respectivamente, as expressões “críticas e perspectivas atuais” e “reflexão sobre as repercussões na área da educação das ações coletivas e movimentos sociais desencadeados a partir da sociedade civil organizada”. Ambas dialogam com uma visão de atualidade educacional sistêmica, em consonância com ações coletivas transformadoras, colocando em pauta a condição de subalternidade de quem está às margens da sociedade capitalista, racista e preconceituosa.

Os movimentos sociais articulam a democracia em constante alinhamento com causas urgentes, lutando pelo fim da degradação dos direitos civis e pela existência e permanência da equidade de direitos e oportunidades entre os povos.

Materializando reflexões acerca dos diversos contextos sociais, seguimos para a compreensão dos Direitos Humanos (Brasil, 2013), que se configuram como indispensáveis na formação de professores. O exercício de pensar os Direitos Humanos no contexto formativo, para uma atuação condizente em sala de aula, evidencia importantes realidades e facilita o combate à violação desses direitos. Sensibilizar-se, reconhecendo os inúmeros contextos degradantes da condição humana, só é possível por meio de uma formação docente que desenvolva um trabalho pedagógico alinhado às vivências significativas nos espaços escolares.

Ou seja, trata-se da materialização do “[...] exercício de juízos reflexivos sobre as relações entre os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos [...] coerentes com os Direitos Humanos” (Brasil, 2013, p. 53). Estando esses juízos reflexivos diretamente relacionados com as dificuldades enfrentadas pela população, essencialmente, os marginalizados atualmente e historicamente.

É importante romper com o sistema atual para conquistar, gradativamente, avanços no respeito às diferentes culturas, na valorização dos sentidos e vivências das populações e no reconhecimento de seu desejo por vitórias. Busca-se, assim, uma educação popular que tenha empatia com os anseios de todos os envolvidos, além de respeito e dignidade aos docentes e funcionários da educação.

A busca por uma educação plural e inclusiva está diretamente relacionada aos movimentos sociais, que devem ser reconhecidos como parte fundamental do processo de ensino. Aqui, há uma reconceitualização dos Direitos Humanos, que, ao serem incorporados à formação de professores, podem exercer um efeito transformador e propiciar conquistas significativas, conforme destaca Santos (2009): “Para poder operar como forma de cosmopolitismo, como globalização contra-hegemônica, os Direitos Humanos têm de ser reconceitualizados como multiculturais” (Santos, 2009, p. 13).

Analisando as frases presentes na ementa do componente **Políticas Públicas e Legislação Educacional**, alguns destaques são imprescindíveis: “O papel político das entidades de classe”, “O Plano Nacional de Educação 2014/2024”, “A nova BNCC e seus desdobramentos” e “Aspectos históricos e atuais da formação de professores na legislação brasileira”. Esses destaques, retirados do componente citado, refletem a luta por direitos e como essa luta se constitui no processo educativo vigente.

A luta de classes, ainda muito presente, caminha com conquistas a passos lentos. O Plano Nacional de Educação e a nova Base Nacional Comum Curricular surgem como indícios de mudanças geradas pelos movimentos sociais. A formação de professores em história e legislação viabiliza um ensino que ocorre em um movimento de ida e volta, de aprendizagem e reaprendizagem. O aluno de hoje é o professor de amanhã, o ativista, o sujeito ativo (ou não) na busca e na reivindicação por uma vida melhor, mais “viva” e menos necrófila.

Viver não é apenas estar vivo, mas poder desfrutar das oportunidades de realização de sonhos, de uma alimentação adequada e saudável, de uma casa, de segurança ao andar na rua, de um emprego, de paz. Não apenas uma semivida, mas uma vida completa, com tudo o que se quer e merece, simplesmente por estar em existência conjunta na Terra.

São aspectos que, à primeira vista, parecem separados e diferentes daqueles destacados nos componentes, mas que se conectam, completam, relacionam e fundamentam uns aos outros. São unos em significância geral e, ao mesmo tempo, separados em diversidades plurais, significativas e pontuais.

Por fim, mas nunca menos importante, os componentes **Educação do Campo e Arte Educação** trazem termos que remetem à resistência e à luta pelos Direitos Humanos fundamentais no campo educacional: “Educação popular e com conhecimento por elas produzido”, “A educação do campo enquanto produção de cultura”, “A educação do campo na formação dos sujeitos”, “A educação do campo como formação humana para o desenvolvimento sustentável”, “A educação do campo e o respeito às características do campo” e “As linguagens da arte e sua dinâmica educativa”.

Falar da Educação do Campo é questionar a civilização e o processo de modernidade ao qual todos, inclusive a educação, estão submetidos. Pois, além de ser a base de uma educação popular, a educação do/no campo interliga-se aos cuidados com a natureza, com o meio ambiente e com realidades que demandam uma educação diferenciada. Que processo formativo temos para professores da cidade atuando no campo ou vice-versa? Um processo seletivo, desagregador e desintegrador de sentidos e significados.

A arte, por sua vez, remete à cultura, ao movimento, à felicidade de viver em constante criatividade. É um processo articulador de ideias, de imaginação, de mundos, de reflexões, de essência dos questionamentos, dos sonhos e da coragem para buscar o que se deseja.

Uma educação desarticulada da arte não pode sequer ser livre, muito menos destruidora da homogeneidade entre os marginalizados. E a escola? Tem a opção de valorizar a arte e a cultura local, de fato? Mesmo com seus fundamentos eurocêntricos? Sua falsa “originalidade” na Europa?

Há um importante fragmento que possibilita explicar o pensamento aqui exposto:

Fui alertada pelas palavras de Erasto Fortes, que me levaram a refletir e a constatar que a luta de meu marido para democratizar a escola da Rede Municipal de São Paulo foi muito além do próprio fato de oferecer uma escola popular de qualidade à população espoliada da cidade, no sentido de torná-la cidadã. No projeto freireano está implícita a possibilidade e a vontade política de dignificar essa população de crianças, de adolescentes e de adultos - e de suas famílias - através de uma escola que ensinaria o saber científico a partir do que eles e elas trouxessem como senso comum em seus corpos esmorecidos, mas pensantes. Este projeto traz em seu bojo a possibilidade de fazer deles e delas sujeitos da história também. Não apenas objetos. Ultrapassa o até então praticado e conhecido no Brasil. Rompe as barreiras da educação cidadã. Penetra no sonho possível de fazer crianças, adolescentes e adultos gente com seus desejos, aspirações e interesses atendidos, valorizados” (Freire, 2019, p. 14).

Quando o “senso comum” dos alunos é posto em pauta, muda-se o mote que guia a educação. Logo, é preciso pensar em construir um ensinar diário com aqueles que estão presentes, pertencentes. Com os existentes e viventes da escolarização. É difícil colocar em prática uma pedagogia da “criação e recriação” do ensinar. Uma pedagogia que não está pronta e acabada, mas que valoriza protagonismos compartilhados, saberes plurais e um “ouvir” mais forte do que o “falar”. Contudo, é possível.

Ao mapear os componentes do curso de Pedagogia da UFRN/CERES/Caicó, ficou claro que estes estão pautados nos Direitos Humanos fundamentais. Ou seja, visam promover um processo formativo de professores para uma educação em, com e para os Direitos Humanos. Essa formação acontece por meio de uma estrutura de base curricular, através do PPC, totalmente voltada para os direitos de todos os indivíduos. Pelo menos, é isso que fica evidente nas ementas analisadas e na análise aqui descrita.

O curso de Pedagogia referido fomenta a valorização dos direitos dos cidadãos, incentivando-os a serem ativos em seu próprio processo, compreendendo o que são esses direitos. Conforme afirma Melo (2017): “Necessidade de direitos para a humanidade, ou seja, os direitos nascem a partir das necessidades dos cidadãos que os reivindicam através das mobilizações sociais” (Melo, 2017, p. 30).

No entanto, a vivência desses direitos, ou seja, a concretização do que é ensinado no curso e sua presença na prática dos professores formados, ainda parece estar um pouco dissociada da teoria. Ao acompanhar o dia a dia das escolas durante os estágios, enquanto aluna e professora, pode-se observar uma reprodução de estudar para decorar, para passar nas provas, com valorização das notas e não do humano. Enquanto o foco da educação for apenas nos conteúdos, será difícil romper com as formalidades institucionais e preparatórias que formam sujeitos dependentes do sistema. Portanto, é urgente vivenciar a teoria do saber e do saber-se.

Uma educação para os Direitos Humanos é uma educação para a mudança, para a transformação dos sujeitos, de suas mentalidades e de suas realidades coletivas e individuais. A pesquisa aqui apresentada garante que há uma formação educativa no curso de Pedagogia do CERES/UFRN/Caicó, RN. Contudo, até que essa educação se reflita nas bases do ensino, ainda vivemos com lacunas que continuam a prejudicar o desenvolvimento social em aspectos essenciais e urgentes para a garantia do mínimo de direitos a todos, principalmente aos excluídos social e sistematicamente pelo capitalismo, pela igreja e pelas próprias pessoas.

## Assinalações conclusivas

Uma educação em que os Direitos Humanos fundamentais prevaleçam no ensinar cotidiano cultural, religioso, escolar e social é intrínseca para a fundamentação de um viver livre das amarras condicionantes que reduzem os sujeitos a quase “coisas”. Ou seja, liberdade no sentido de conhecer os próprios direitos, de saber que a realidade pode ser transformada e de compreender o poder do sujeito como pertencente ao lugar, e não apenas como um estranho que ali está de favor.

A educação promovida pelo curso de Pedagogia da UFRN/CERES/Caicó, RN, traz importantes contribuições aos primeiros passos de uma mudança tão sonhada por aqueles que são oprimidos. O PPC do curso, além de incluir um componente obrigatório em seu currículo voltado especificamente para os Direitos Humanos, aborda os direitos fundamentais de todos os viventes em outros componentes de ensino. São treze componentes curriculares que trabalham diretamente com questões que garantem uma vida digna, justa e pautada na cidadania. É muito gratificante reconhecer que o processo formativo dos professores deste curso é fundamentado em valores tão significativos para seus envolvidos e para a humanidade.

Contudo, é necessário entender que essa formação docente e essa preparação só se efetivarão em mudanças concretas com a continuidade dessa formação. É imprescindível a instauração de leis que garantam a formação continuada de professores, sempre em consonância com os direitos inalienáveis e indivisíveis. Os professores precisam se reconhecer como pesquisadores e seguir em um movimento constante de aprender, reaprender, desaprender e aprender novamente. Ou seja, construir um ensinar valioso e em constante transformação. É importante avaliar-se continuamente e ouvir a todos os envolvidos no processo.

A educação não pode se restringir aos quatro anos de um curso de graduação. A valorização dos professores é o ponto de partida para uma guinada capaz de reverter a alienação que ainda predomina na escolarização. Os movimentos sociais podem abrir portas para a conscientização, para a construção de redes humanas com criticidade elevada. Mas como se desprender de uma mente condicionada e arriscar a inconstância e a incerteza de uma luta ainda maior para revolucionar tudo o que é considerado comum, “normal”, bom, suficiente ou como “seu único lugar”?

Talvez, a resposta para este questionamento não seja definitiva, mas é preciso buscá-la. Essa busca deve estar pautada na ação continuada em prol de melhores condições de vida para aqueles que sequer têm o direito de viver em paz — e, em muitos casos, nem mesmo o direito de viver. Uma política hegemônica facilita e normaliza mortes sem explicações maiores, sem reivindicações potentes ou amenizando a força destas reivindicações.

O intento de pesquisar a presença dos Direitos Humanos no ensino do curso preparatório de futuros docentes está ligado à complexidade e à urgência de uma prática pedagógica vinculada à formação humana, essencialmente em suas bases educacionais. Espera-se que os professores formados disseminem e multipliquem uma cultura de paz e dignidade para a humanidade.

## Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **A Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: avanços e desafios**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

BRASIL. Constituição Federal. 1988. **Vade Mecum**. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais**. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 22 abr. 2024.

CANDAU, Vera Maria; PAULO, Isabel; ANDRADE, Maria; SACAVINO, Maria Cristina Lopes de Souza; AMORIM, Valéria. Formação inicial de professores(as) e educação em direitos humanos. *In*: CANDAU, Vera Maria; PAULO, Isabel; ANDRADE, Maria; SACAVINO, Maria Cristina Lopes de Souza; AMORIM, Valéria. (Org.). **Educação em direitos humanos e a formação de professores(as)**. São Paulo: Cortez, 2013. p. 55-77.

FREIRE, Ana Maria Araújo. Apresentação. *In*: FREIRE, Paulo. **Direitos Humanos e Educação Libertadora**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

MELO, Maria Aparecida Vieira de. **Educação em direitos humanos e diversidade: experiência formativa**. Joinville, SC: Clube de Autores, 2017 (Edição em Ebook).

MONTEIRO, Aida; PIMENTA, Selma Garrido. (Coords.) **Educação em Direitos Humanos e formação de professores(as)**. São Paulo: Cortez, 2013.

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO/UFRN**. Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia (modalidade presencial). Projeto aprovado pela Resolução nº 01/2018-CONSEPE/UFRN. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/11q0zqXXYu5jZ\\_FzDR21jxfLLMqz5TJrT/view](https://drive.google.com/file/d/11q0zqXXYu5jZ_FzDR21jxfLLMqz5TJrT/view). Acesso em: 09 abr. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos humanos: o desafio da interculturalidade. **Revista Direitos Humanos**, n. 2, p. 10-18, 2009.